

Despacho Conselho Diretivo

Concordo, com o parecer favorável condicionado aos termos propostos
2026.03.01
Ana Catarina Sousa

Ana Catarina Sousa
Vice-Presidente
Património Cultural, I.P.

Despacho Diretor Departamento

Concordo com os termos propostos.
À consideração superior

Paulo Lebre Duarte
Diretor do Departamento dos Bens Culturais
02.03.2026

Assinado por: PAULO TAVARES LEBRE DIAS
DUARTE
Num. de Identificação: 05536512
Data: 2026.03.02 10:22:55+00'00'

Despacho Chefe Divisão

Concordo com a emissão de parecer Favorável condicionado às correções e alterações propostas nos pontos 4.1, 4.2, 4.5 e 5.2 a 5.4 do presente parecer de arqueologia.
À consideração superior
Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais

Assinado por: ANA SOFIA BRÁS GOMES
Num. de Identificação: 10507679
Data: 2026.03.01 21:49:52+00'00'

GP	Informação	Data
67319	2026/1(070)	27.02.2026

Assunto

PCGT - ID 1190 - Plano de Urbanização da UPI de Ferragudo ao Calvário, Lagoa (adequação ao RJIGT) - Alteração. Conferência Procedimental.

Mensagem

ENQUADRAMENTO LEGAL

-Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
-Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro, procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica.
-Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro, aprova os Estatutos do Património Cultural, I. P.
-Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
-Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
-Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
-Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

-Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação, na sua redação atualizada.

-Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecidas pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

Analisada a documentação disponibilizada, verifica-se a ausência de qualquer imóvel classificado ou em vias de classificação, à data, na área de intervenção do IGT em epígrafe.

PARECER DE ARQUEOLOGIA

1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E ANTECEDENTES PROCESSUAIS

1.1. A presente apreciação recai sobre a proposta de 1ª Alteração da 1ª Revisão do Plano de Urbanização da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 1 (PU UP1), de Ferragudo ao Calvário, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lagoa (CML), com a referência PCGT - ID 1190.

1.2. O Património Cultural, I. P. (PC IP) é convocado nos termos do disposto no ponto 3 do art.º 5.º do Regime de Avaliação Ambiental de Planos e Programas (RJAAPP: DL 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), tendo sido nomeado técnico representante do PC IP, para efeitos do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em articulação com o artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

1.3. A presente apreciação enquadra-se na **Conferência Procedimental**, agendada para 05/03/2026, e tem por base a documentação disponibilizada na PCGT para esse efeito, nomeadamente:

- Regulamento:

- 0806_Regulamento_alteração_vf;

- 0806_Regulamento_republicação_vf;

- Planta de zonamento: outros limites ao regime de uso, à escala 1/5.000;

- Relatório de fundamentação (05/09/2025).

2. ENQUADRAMENTO LEGAL NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Na vertente de salvaguarda do património arqueológico, a presente apreciação enquadra-se nos seguintes diplomas legais, assim como Planos e Programas.

2.1. Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro: As operações urbanísticas com impacto no solo e subsolo podem resultar na destruição irreversível ou séria ameaça ao Património Arqueológico, recurso cultural finito, frágil e não renovável, o qual goza de um regime especial de proteção legal, em conformidade com os artigos 40.º, 70.º, 74.º a 79.º, 103.º e 107.º.

2.2. Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo - LBPPSOTU): alínea h) do art.º 2.º; alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 3.º; alínea a) do n.º 2 do art.º 3.º.

2.3. Regime Jurídico de Avaliação Ambiental de Planos e Programas (RJAAPP). Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio: alínea a) do artigo 2.º; alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º.

2.4. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Segundo o Decreto-Lei n.º 80/2015, na sua redação atual:

- «Os programas e os planos territoriais devem explicitar, de forma clara, os fundamentos das respetivas previsões, indicações e determinações, a estabelecer com base no conhecimento sistematicamente adquirido [...] Dos recursos naturais e do património arquitetónico e arqueológico», cf. alínea b) do n.º 1 do art.º 4.º);
- o património arquitetónico, arqueológico e paisagístico é considerado como recurso territorial nos termos da alínea g) do artigo 10.º;
- os programas e os planos territoriais devem estabelecer as medidas indispensáveis à respetiva proteção e valorização, conforme o disposto no artigo 17.º:

«1 - Os vestígios arqueológicos, bem como os elementos e conjuntos construídos, que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades, são identificados nos programas e nos planos territoriais.

2 - Os programas e os planos territoriais estabelecem as medidas indispensáveis à proteção e à valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, acautelando o uso dos espaços envolventes.

3 - No quadro definido por lei e pelos programas e planos territoriais, cuja eficácia condicione o respetivo conteúdo, os planos intermunicipais e municipais estabelecem os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de zonas de proteção.».

Para o efeito, a alínea a) do art.º 99.º do RJIGT preconiza que o conteúdo material de um plano de urbanização inclui «A definição e a caracterização da área de intervenção, identificando e delimitando os valores culturais e a informação arqueológica contida no solo e no subsolo, os valores paisagísticos e naturais a proteger».

Ainda de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 100.º, quanto ao conteúdo documental, um plano de urbanização deve ser acompanhado por «Relatório, que explicita os objetivos estratégicos do plano e a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução».

2.5. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT (Lei n.º 99/2019, publicada no Diário da República n.º 170/2019, Série I, de 5/09/2019): identifica o património arqueológico e arquitetónico como ativo estratégico e recurso territorial relevante para a memória e identidade das comunidades.

2.6. Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT-Algarve): Estabelece, como Opção Estratégica 5, a «Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico, que traduz o reconhecimento do potencial de aproveitamento deste recurso territorial». Para o efeito, estabelece as Normas Específicas de Carácter Setorial 4.7. Património Cultural Histórico-Arqueológico, relativas à salvaguarda do património arqueológico no âmbito da elaboração dos IGT, especificando que:

«os limites das áreas de grande potencial arqueológico devem ser identificados de acordo com as seguintes orientações:

«t) Assegurar que os PMOT integram as medidas de salvaguarda referentes ao património cultural histórico-arqueológico;

u) Proceder a levantamentos de campo sobre os elementos patrimoniais existentes;

v) As equipas responsáveis pela elaboração e ou revisão dos PMOT devem acautelar a protecção e valorização do património arqueológico, tendo em particular atenção os sítios arqueológicos, os conjuntos urbanos, os equipamentos e as concentrações de sítios considerados na Peça Gráfica 07, em anexo, como indiciadoras de áreas de grande interesse arqueológico;

w) A delimitação dessas áreas poderá ser mais pormenorizada, tendo em conta determinados aspectos específicos, de que se dão exemplos:

[...] - Terraços marinhos do Barlavento e fluviais, sobretudo no Arade e no Guadiana;

- Zonas de reentrâncias marinhas e estuarinas em todo o litoral;

[...] - Zonas litorais de aluvião e margens ribeirinhas em todo o litoral».

2.7. Há igualmente que atender às medidas de salvaguarda arqueológica determinadas pelo **Plano Diretor Municipal de Lagoa (PDML)**, publicado pelo Aviso n.º 16179/2021, no Diário da República n.º 166/2021, Série II, de 26/08/2021. De acordo com este IGT, estão inventariados 13 bens culturais na área de intervenção do PU UP1, identificados na planta do património e na Planta de Ordenamento – Estrutura ecológica municipal:

6 Torre do Moinho (Arquitetura)
7 Igreja de São Sebastião (matriz) (Arquitetura) [Igreja de Nossa Senhora da Conceição]
11 Ermida de Santo António (Arquitetura)
54 Pardais (Arqueologia)
55 Quinta da Eira da Loba 4 (Arqueologia)
57 Serro Gordo (Arqueologia)
58 Vale da Areia (Arqueologia)
101 Ruínas do Vale da Amargura (Arqueologia)
103 Bairro Boa Vontade (Arquitetura)
104 Bairro de Casas para Pescadores de Ferragudo (Arquitetura)
108 Centro de Congressos do Arade (Arquitetura)
109 Conjunto Habitacional na Mexilhoeira da Carregação (Arquitetura)
111 Estação de Socorros a Náufragos de Ferragudo (Arquitetura)

3. RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. A presente proposta de 1ª Alteração da 1ª Revisão do PU UP1 visa a adequação do plano ao RJGT, designadamente às novas regras de classificação e qualificação do solo.

3.2. A respetiva área de intervenção totaliza **474 hectares**, incluindo os aglomerados urbanos localizados entre Ferragudo e o Calvário, junto ao rio Arade. Entre estes, contam-se os núcleos antigos de Ferragudo, Parchal, Mexilhoeira da Carregação, frente ribeirinha de Ferragudo (na margem direita do barranco do Regato) e Calvário.

3.3. Não tendo sido sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica, a **presente proposta de alterações ao PU1 não é acompanhada por uma atualização da situação de referência e estudos de caracterização e diagnóstico (ECD) na vertente do património cultural.**

3.4. Assim, na presente apreciação, procedeu-se à consulta dos **antecedentes processuais**, constatando-se que o **processo de Revisão do PU UP1, em 2013, incluiu a realização de ECD na vertente de arqueologia**, assegurados pela arqueóloga Professora Doutora Ana Margarida Arruda ¹. Regista-se também o deferimento do Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) de prospeção, em 2009, no âmbito do *Levantamento arqueológico da área abrangida pela revisão do UP1 do plano de urbanização de Ferragudo, Corgos, Bela Vista*.

3.5. O levantamento incluiu património arqueológico, arquitetónico e etnográfico, tendo os elementos patrimoniais inventariados sido objeto de valoração científica e patrimonial. Estes estudos sustentaram a gradação e proposta de normativo de salvaguarda, bem como a delimitação de zonas de sensibilidade arqueológica, tendo estes sido vertidos no PMOT em vigor.

3.6. Pode-se, deste modo, considerar que o PU UP1 está, genericamente, em conformidade com o exigido pelo articulado do RJIGT elencado no ponto 2.4. e as Normas Específicas de Carácter Setorial 4.7. Património Cultural Histórico-Arqueológico do PROT-Algarve, relativas à salvaguarda do património arqueológico no âmbito da elaboração dos IGT.

3.7. Contudo, entende-se que **os estudos realizados em 2013 carecem de atualização**. A título de exemplo, deveriam ser tidas em conta as medidas de salvaguarda definidas no âmbito do **Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do "Loteamento da Quinta dos Poços", em Lagoa, conforme parecer favorável condicionado emitido pela ex-DRC Algarve em 2022**: acompanhamento arqueológico de todas as intervenções com impacto no solo e subsolo, designadamente escavações, terraplanagens e movimentações de terras.

Reforça-se, aliás, o parecer então exarado: «A pretensão incide em área com potencial arqueológico elevado, na adjacência imediata a área onde foram recentemente escavados contextos arqueológicos de muito significativa relevância, da Pré-história recente e Época Islâmica, inclusivamente com construções e usos funerários. Regista-se na área de intervenção a presença de edificações e materiais modernos e contemporâneos. [...]

Verifica-se que da implementação do projeto resultarão trabalhos amplamente intrusivos no solo/subsolo, com presumível afetação de estruturas e depósitos de origem antrópica arqueologicamente relevantes.

Nesta circunstância torna-se necessária a compatibilização das intervenções com a salvaguarda de preexistências remanescentes, através da realização dos correspondentes trabalhos arqueológicos preventivos.».

Outra situação identificada prende-se com as medidas de salvaguarda arqueológica definidas no **Estudo de Impacte Ambiental do Campo de Golfe da Quinta de S. Pedro**, em 2016, integrado na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 9, ora revogada.

Há ainda que ressaltar que, nos sítios Quinta dos Poços 4 e 5 CNS 32787 e Quinta da Eira da Loba 4 CNS 33368, foram realizados trabalhos de sondagens de diagnóstico arqueológico, tendo sido aterrados os contextos arqueológicos identificados no sentido da sua preservação *in situ*.

¹ Disponível online: https://www.cm-lagoa.pt/cmlagoaalgarve/uploads/writer_file/document/1064/pu_up1_rel.pdf

ELEMENTOS CONSTITUINTES DA PROPOSTA

4. REGULAMENTO

«A salvaguarda e valorização do património cultural histórico e arqueológico» consta como um dos Objetivos do PU UP 1, conforme alínea h) do nº 2 do Artigo 2.º do Regulamento.

De igual modo, o património cultural histórico-arqueológico é assumido como um dos elementos estruturantes do modelo territorial do PU UP 1, conforme art.º 9.º do Regulamento.

O PU UP1 está, assim, em linha com a Opção Estratégica 5 «Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico» do PROT-Algarve e o RJIGT, ao reconhecer e salvaguardar o património cultural como recurso territorial.

Para esse efeito e com vista a uma estratégia de salvaguarda e valorização operacional, aponta-se alguns pontos do normativo a ser objeto de aperfeiçoamento, procedendo-se à apreciação da proposta do Regulamento, segundo a numeração do articulado.

4.1. **TÍTULO II. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA - ARTIGO 6.º:** Na subalínea i) da alínea b) do nº 2, deverá ser eliminada a referência ao Convento de Santo António ou de São Francisco do Praxel, Em Vias de Classificação (EVC) como Interesse Municipal, cf. Despacho de homologação de 16 de dezembro 1988 da Secretária de Estado da Cultura, dado que se situa fora da área de intervenção do PU UP1.

4.2. **ARTIGO 10.º:** As alterações ao Regulamento incluem um **normativo relativo património arquitetónico não classificado**, visando, deste modo, a salvaguarda e valorização destes valores culturais.

Não obstante, recomenda-se os seguintes **ajustes na sua redação**, atendendo, desde logo, ao facto de os valores culturais não se restringirem ao património edificado, bem como ao facto de o Convento de Santo António ou de São Francisco do Praxel se situar fora da área de intervenção do PU UP1.

Por outro lado, **para que se cumpra efetivamente o disposto na alínea a) do art.º 99.º do RJIGT**, deverão ser **listados de acordo com a designação e numeração individuais a adotar na legenda da respetiva Planta de zonamento, por forma a serem claramente identificados**.

«Artigo 10.º Património arquitetónico e etnográfico edificado não classificado

1.Os valores culturais existentes na área de intervenção do PU UP1 incluem ~~são~~ os bens ~~valores~~ culturais identificados na Planta de zonamento outros limites ao regime de uso como «património arquitetónico e etnográfico edificado não classificado»:

~~a) O (ou Convento de São Francisco ou Convento de Santo António ou Convento do Praxel);~~

~~b) O Apeadeiro de Ferragudo, Bairro de Casas para Pescadores de Ferragudo, Casa do Real Compromisso Marítimo de Ferragudo, Conjunto Habitacional na Mexilhoeira da Carregação, Ermida de Santo António, Ermida de São Pedro, Estação de Socorros a Náufragos de Ferragudo, Fábrica de Conservas Júdice Fialho de Ferragudo (ou Fábrica do Frito Velho), Farol da Ponta do Altar, Igreja de Nossa Senhora da Conceição (ou Igreja~~

Paroquial de Ferragudo), Poço da Quinta dos Poços, Poço dos Pardais, Ponte de Ferragudo, Porto do Calhau, Solar dos Júdices e Torre de Ferragudo / Torre do Moinho.

[NOTA: Para além da sua numeração individual em conformidade com a sua representação e identificação na respetiva Planta de zonamento, **deverão ser incluídos, nesta listagem, o Bairro Boa Vontade e o Centro de Congressos do Arade** (no edifício de uma antiga fábrica de conservas), inventariados no PDM de Lagoa.

Por seu turno, **deverão ser excluídos elementos não situados na área de intervenção do PU UP1**, nomeadamente: Fábrica de Conservas Júdice Fialho de Ferragudo (ou Fábrica do Frito Velho), Farol da Ponta do Altar.]

2. Os imóveis referidos no número anterior, devem ser preservados, em termos de imagem, elementos patrimoniais e processos construtivos como memória da história local, permitindo-se alterações à respetiva utilização.

3. São imóveis que deverão ser preservados, em termos de fachada e organização interna ou só ao nível de elementos construtivos pontuais, por constituírem testemunho do passado do sítio. A preservação não é impeditiva da eventual alteração do uso.

[NOTA: sugere-se a eliminação deste nº, por ser redundante com o disposto no nº 2]

3. 4. São proibidas ações de demolição, alteração e descaracterização dos imóveis identificados sem prévia autorização da Câmara Municipal, de acordo com a legislação e regulamentação aplicável.»

4.3. **ARTIGO 11.º ZONAS DE SENSIBILIDADE ARQUEOLÓGICA:** O PU UP1 vigente define, no seu artigo 11.º, as zonas de sensibilidade arqueológica, com graduação no grau de proteção em mínima, intermédia e máxima (tipos A e B).

A presente proposta de alterações ao Regulamento incide igualmente no normativo de salvaguarda arqueológica, mediante a introdução das disposições vertidas no nº 4 do art.º 11.º.

Após a sua análise, e **mantendo-se o essencial da estratégia de salvaguarda arqueológica já em vigor**, entende-se, ainda assim, que deverão ser efetuados os seguintes **ajustes e alterações**, com vista à clarificação do normativo em termos de legística das disposições aplicáveis a cada grau de proteção (sugerindo-se a criação de alíneas e reorganização da sua sequência) e adequação à especificidade de algumas tipologias do património arqueológico em presença e do território.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES E AJUSTES (com notas justificativas e nossos destaques a bold)

«Artigo 11.º Zonas de sensibilidade arqueológica

1. São Foram identificadas no Anexo [...] ao presente Regulamento do qual é parte integrante e encontram-se devidamente assinaladas na Planta de zonamento outros limites ao regime de uso, as seguintes zonas no que respeita à sensibilidade arqueológica:

- a) Zona de sensibilidade arqueológica mínima;
- b) Zona de sensibilidade arqueológica intermédia;

c) Zona de sensibilidade arqueológica máxima - Tipo A;

d) Zona de sensibilidade arqueológica máxima - Tipo B.

2. Nas zonas de sensibilidade arqueológica mínima, quaisquer operações urbanísticas ou trabalhos que impliquem interferências no solo e subsolo, designadamente desmatações, ripagens, despedregas, escavações, terraplenagens, infraestruturação, construção, depósitos e empréstimos de inertes, arranque ou abate de árvores e demolições:

a) ~~Ficam~~ devem ser condicionadas ao acompanhamento arqueológico integral, presencial e contínuo efetuado por um técnico especializado;

b) ~~3.~~ Os resultados do acompanhamento referido na alínea ~~no número~~ anterior podem implicar alterações ao projeto e/ou a realização de trabalhos arqueológicos complementares a definir pela administração do património cultural competente ~~instituição de tutela~~, designadamente escavações arqueológicas de emergência em eventuais áreas onde se venham a identificar vestígios de interesse arqueológico.

3.4. Nas zonas de sensibilidade arqueológica intermédia, a execução de quaisquer operações urbanísticas ou trabalhos que impliquem impacto no solo e subsolo, designadamente ripagens, despedregas, escavações, terraplenagens, infraestruturação, construção e empréstimos de inertes:

a) ~~Fica~~ fica condicionada à realização prévia de sondagens arqueológicas de diagnóstico, mecânicas ou manuais, que abranjam uma área nunca inferior a 10 % do total da área afetada pelo projeto e cuja implantação está sujeita a parecer da administração do património cultural competente no âmbito da apreciação do respetivo Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos, nos termos da legislação específica aplicável. ~~deve ser acordada entre o requerente e os técnicos da instituição de tutela;~~

b) ~~5.~~ Sempre que se identifiquem contextos arqueológicos conservados deve adotar-se a escavação por meio manuais.

4.6. Nas zonas de sensibilidade arqueológica máxima - Tipo A, a execução de quaisquer operações urbanísticas ou trabalhos que impliquem impacto no solo e subsolo, tais como ripagens, despedregas, escavações, terraplenagens, infraestruturação, construção e empréstimos de inertes:

a) ~~Fica~~ fica condicionada à realização prévia de escavações arqueológicas manuais, abrangendo uma área nunca inferior a 15% do total da área afetada pelo projeto e cuja localização está sujeita a parecer da administração do património cultural competente no âmbito da apreciação do respetivo Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos, nos termos da legislação específica aplicável ~~deverá ser acordada entre o requerente e os técnicos da instituição de tutela~~.

b) ~~8.~~ ~~Nas áreas referidas no n.º 6, os~~ Os vestígios arqueológicos são objeto de escavação arqueológica manual integral integralmente escavados e as estruturas arqueológicas devem, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial e científico, ser conservadas ou valorizadas in situ.

c) 9. Os resultados obtidos nos trabalhos arqueológicos nas intervenções referidas no n.º 6 podem implicar alterações ao projeto e/ou a realização de trabalhos arqueológicos complementares, designadamente o alargamento da área de escavação arqueológica escavada até abranger a totalidade do sítio arqueológico.

d) 7. Exceção-se do disposto na alínea a) no número anterior:

i) As operações urbanísticas em edifícios preexistentes sempre que não impliquem a realização de escavações abaixo da cota do piso térreo;

ii) Obras em espaço público de reabertura de valas relacionadas com infraestruturas cadastradas, as quais devem ter acompanhamento arqueológico, de forma presencial e contínua.

5. 10. Nas zonas de sensibilidade arqueológica máxima – Tipo B, a execução de quaisquer operações urbanísticas ou trabalhos que impliquem impacto no solo e subsolo a remoção de subsolo, tais como ripagens, despedregas, escavações, terraplenagens, infraestruturação, construção e empréstimos de inertes, fica condicionada à escavação arqueológica prévia e integral da área suscetível de ser afetada, nos seguintes termos:

a) A escavação do depósito de superfície pode ser realizada por meios mecânicos com acompanhamento arqueológico, mediante autorização da administração do património cultural competente;

b) Se a área a intervir se situar próxima do limite sul devem adotar-se meios manuais;

c) Deve proceder-se a acompanhamento arqueológico. As intervenções com impacto no solo e subsolo numa faixa de 50 m em redor dos limites estabelecidos para o sítio arqueológico/ zona de sensibilidade arqueológica estão sujeitas a acompanhamento arqueológico integral, presencial e contínuo

[NOTA: A alínea c) poderá ser eliminada se for demarcada uma Zona de sensibilidade arqueológica mínima correspondendo, no mínimo, à faixa de 50 m em redor do polígono FID 6 Quinta dos Poços 4 e 5 (ver apreciação mais adiante da Planta de zonamento).

Mais se alerta que esta disposição entra em contradição e pode gerar dúvidas quanto à medida a adotar no caso do sítio Ruínas do Vale da Amargura/Calvário com zonas de sensibilidade arqueológica máxima – Tipo B, que já dispõe de 2 outras duas zonas complementares de proteção.]

6. Nas intervenções em necrópoles e em igrejas, capelas e ermidas, e respetivos adros, construídas até final do século XIX, devem ser assegurados trabalhos de antropologia biológica em contexto arqueológico.

7. As ações de dragagem ou outras que envolvam o revolvimento dos fundos do rio devem ser objeto de acompanhamento arqueológico por arqueólogo(s) com valência em arqueologia náutica e subaquática.

[NOTA: Parte da área de intervenção inclui zonas húmidas e antigas salinas. Tendo sido identificada uma concentração de vestígios arqueológicos em meio subaquático/ encharcado/ húmido/ náutico no estuário do rio Arade², não se pode excluir a

² V. levantamento realizado no âmbito do Estudo De Impacte Ambiental do Projeto de Aprofundamento e Alargamento do Canal de Navegação do Porto de Portimão. Avaliação das Alterações Introduzidas ao Projeto, setembro 2021.

possibilidade de ser afetado património arqueológico no decurso das intervenções suprarreferidas. Atente-se, por exemplo na proximidade aos sítios arqueológicos identificados como Praia da Angrinha CNS 10823 e Ferragudo CNS 18616.]

8. As intervenções em património industrial inventariado como património arquitetónico não classificado são precedidas por trabalhos arqueológicos assegurados por arqueólogo(s) com valência em arqueologia industrial.

9. [RECOMENDAÇÃO] As seguintes intervenções, públicas ou privadas com impacto significativo no subsolo em áreas do território abrangido pelo PU UP1 não contempladas nos números anteriores, não sujeitas a procedimento de avaliação ambiental, e sem prejuízo de preexistências com prevalência, estão sujeitas a prospeção arqueológica sistemática prévia, preferencialmente complementada por trabalhos de prospeção geofísica ou deteção remota:

a) Reconversão de terras para agricultura intensiva ou instalação de estufas permanentes;

b) Criação de lagos para retenção das águas pluviais / recolha e armazenagem de água para rega;

c) Criação de novas vias principais e secundárias;

d) Projetos e intervenções previstas na UOPG 02 a UOPG 08.

[NOTA: Dos elementos disponibilizados, constata-se que o PU UP1 contempla intervenções com alteração da topografia e impacto extenso e profundo no solo e subsolo, nomeadamente, pela implantação das áreas de construção previstas. A estes acresce o efeito cumulativo da forte urbanização da envolvente nas últimas décadas.]

Assim, considerando a sensibilidade arqueológica de toda a área de intervenção do PU UP1, a natureza intrusiva e extensão do programa construtivo previsto, existe o potencial risco da sua execução poder resultar na perda de conhecimento científico relativo as anteriores fases de ocupação deste território e destruição irreversível ou séria ameaça ao Património Arqueológico, recurso cultural finito, frágil e não renovável, o qual goza de um regime especial de proteção legal, em conformidade com os princípios de Arqueologia Preventiva, preconizados na Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, e exigíveis pelo articulado mencionado supra do RJIGT e PROT-Algarve.]

De facto, não se pode descartar a possibilidade de virem a ser detetados vestígios arqueológicos preservados na restante área de intervenção do plano, com maior probabilidade nas áreas ainda não urbanizadas. Aliás, em toda a área de intervenção do plano, incluindo nos pontos com afloramento rochoso, não deve ser excluída a possibilidade de contextos arqueológicos escavados no substrato geológico.]

Por conseguinte, a prudência exige que sejam definidas medidas de salvaguarda arqueológica sobretudo no âmbito de intervenções que impliquem impacto extenso no solo e subsolo, mesmo em áreas onde, até à data, não foram ainda identificados vestígios arqueológicos.]

10. Todos os trabalhos arqueológicos referidos nos números anteriores são dirigidos por arqueólogo ou equipa de arqueologia legalmente habilitados e autorizados, em conformidade com a legislação de salvaguarda do património arqueológico em vigor.

11. O resultado de todas as intervenções arqueológicas são deve ser objeto de análise pela administração do património cultural competente instituição de tutela, através de parecer que defina as medidas de salvaguarda adequadas a cada caso, nos termos do n.º 2 do Artigo 79.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

12. O licenciamento, comunicação ou autorização das intervenções referidas nos nº 3, 4 e 5 fica condicionado à apresentação de relatório preliminar/nota técnica dos trabalhos realizados e à sua aprovação pela administração do património cultural competente. O licenciamento de operações urbanísticas ou de quaisquer obras que impliquem alterações do subsolo nas zonas definidas no n.º 1 deve ser remetido à instituição de tutela, a fim de ser instruído com parecer relativo à componente arqueológica.

[NOTA: A definição de medidas concretas e indispensáveis à proteção e à valorização do património arqueológico é exigível pelo disposto no nº 2 do art.º 17.º do RJIGT. **Estando estas já expressamente definidas para meio terrestre no Regulamento e peças desenhadas do PU UP1,** não se deve remeter genericamente para um parecer prévio adicional por parte da administração do património cultural competente.]

Conforme preconizado na alínea do nº3 do art.º 76.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, caberá, depois, à autarquia, enquanto entidade competente no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas, certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com as condicionantes de salvaguarda arqueológica definidas no PU UP1.

[Pelo que se propõe uma redação alternativa.]

13. Se, durante a realização de quaisquer operações urbanísticas ou trabalhos de escavação na área de intervenção do Plano, surgirem vestígios arqueológicos, aqueles devem ser imediatamente suspensos e de forma imediata comunicar-se o sucedido à instituição da tutela e à autarquia.

14. Os trabalhos suspensos nos termos dos números anteriores só podem ser retomados após emissão de pareceres da administração do património cultural competente instituição de tutela e da Câmara Municipal. ».

4.4. **UOPG:** Manifesta-se também agrado por a salvaguarda do património arqueológico estar também presente noutros artigos do Regulamento, designadamente na definição dos objetivos e termos de referência para a UOPG 01, no Calvário, relativamente à salvaguarda do património arqueológico em presença e do enquadramento paisagístico do Convento de São Francisco.

Porém, no que diz respeito às UOPG 2 a 8 propostas, alerta-se para o facto de incidirem sobretudo em áreas atualmente livres de construções, logo, com maior probabilidade de serem afetados contextos arqueológicos preservados de forma irreversível. Por conseguinte, é de todo pertinente que se inscreva, nos termos e condições das UOPG, a identificação, estudo prévio e caracterização do património cultural na respetiva área de

incidência, com base em trabalhos de prospeção arqueológica prévia, na medida em que contemplam projetos com impacto no subsolo.

4.5. **ANEXOS:** Por forma que seja dado **efetivo cumprimento ao disposto no nº 1 do art.º 17.º e na alínea a) do art.º 99.º do RJIGT**, importa que seja criado um anexo como parte integrante do Regulamento, onde os sítios arqueológicos /zonas de sensibilidade arqueológica sejam identificados de acordo com a designação e numeração individuais a adotar na legenda da respetiva Planta de zonamento.

Faz-se nota também da **necessidade de se incluir os seguintes sítios arqueológicos, em falta, no referido Anexo:** Ferragudo CNS 3934; Quinta de São Pedro CNS 18615; Mexilhão CNS 10809; Mexilhoeira da Carregação CNS 12826.

Exemplifica-se uma possível organização do referido anexo.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS / ZONAS DE SENSIBILIDADE ARQUEOLÓGICA						
ID	Designação	Código Nacional de Sítio (CNS)	Grau de proteção	Cronologia	Tipologia Principal	Localização (Freguesia; coordenadas)
[FID 16; deve ser alargado de modo a incluir também Ferragudo CNS 3934]	Ferragudo	12830	Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo A	Neolítico; Idade do Bronze; Idade Média; Moderno	Vestígios Diversos	Ferragudo
	Torre de Ferragudo / Torre do Moinho	18517		Idade Média; Moderno	Atalaia	
	Ferragudo [Em falta]	3934		Romano	Villa	
[FID 7 a 9]	Serro Gordo	33374	Zona de sensibilidade arqueológica mínima/ Zona de sensibilidade arqueológica intermédia/ Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo A	Romano; Moderno e Contemporâneo	Habitat?	Ferragudo
[FID 6]	Quinta dos Poços 4 e 5	32787	Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo B	Idade Média / Islâmico	Habitat/Alcaria	Estômbar e Parchal

(FID 1 a 3)	Quinta da Eira da Loba 4	33368	Zona de sensibilidade arqueológica mínima/ Zona de sensibilidade arqueológica intermédia/ Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo A	Indeterminada	Mancha de Ocupação	Estômbar e Parchal
(FID 0,4,5)	Pardais/ Pardais I	33371	Zona de sensibilidade arqueológica mínima/ Zona de sensibilidade arqueológica intermédia/ Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo A	Moderno; Contemporâneo	Habitat ?	Estômbar e Parchal
[falta delimitar polígono suficientemente abrangente]	Quinta de São Pedro [Em falta]	18615 [Em falta]	Zona de sensibilidade arqueológica mínima	Idade Média	Necrópole	Estômbar e Parchal
	Mexilhão [Em falta]	10809 [Em falta]		Neo-Calcolítico	Achado isolado	
	Mexilhoeira da Carregação [Em falta]	12826 [Em falta]		Moderno	Pedreira / Galeria coberta	
(FID 13 a 15)	Ruínas do Vale da Amargura/Calvário	914	Zona de sensibilidade arqueológica mínima/ Zona de sensibilidade arqueológica intermédia/ Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo B	Romano	Necrópole	Estômbar e Parchal
	São Francisco	10805			Vestígios diversos / Convento (Cerca)	
(FID 10 a 12)	Vale da Areia	33384	Zona de sensibilidade arqueológica mínima/ Zona de sensibilidade arqueológica intermédia/ Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo A	Idade Média; Moderno	Habitat	Ferragudo

5. PLANTA DE ZONAMENTO: OUTROS LIMITES AO REGIME DE USO

5.1. As delimitações das zonas de sensibilidade arqueológica estão representadas e delimitadas na *Planta de zonamento: outros limites ao regime de uso*. Tendo por base os levantamentos de campo realizados por equipa de arqueologia no âmbito da 1ª revisão do PU UP1, estão, de um modo geral, em conformidade com o exigível pelo disposto no RJIGT e PROT-Algarve.

5.2. Contudo, em conformidade com o exposto nos pontos 4.2. e 4.5., **para efetivo cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 17.º e na alínea a) do art.º 99.º do RJIGT**, importa que tanto o património arquitetónico e etnográfico não classificado, como os sítios arqueológicos /zonas de sensibilidade arqueológica, sejam **expressamente identificados** de acordo com a sua designação e numeração individuais numa legenda da *Planta de zonamento: outros limites ao regime de uso*, com correspondência com a designação e numeração individuais a adotar no respetivo Anexo ao Regulamento.

5.3. Também em coerência com o ponto 4.5., **deverão ser representados cartograficamente os seguintes sítios arqueológicos, em falta:**

- Ferragudo CNS 3934 ³ (Precisão: Bibliográfica): para o efeito, propõe-se que seja alargado o polígono FID 16 de maneira a incluir também este sítio.

Por exemplo, como hipótese de trabalho, recomenda-se que o polígono FID 39 qualificado como *Espaço antigo ou histórico urbano consolidado*, acrescido da Torre de Ferragudo, seja assumido também como Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo A;

³ «Notícia da existência de uma villa com mosaicos e cetárias.», cf. Ficha de Sítio no Sistema de Informação e Gestão Arqueológica – Endovélico, PC IP.

Bibliografia: VEIGA, Sebastião Filipe Martins Estácio da (1891). *Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos préhistóricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 4 vols.

SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1972). *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, p. 406.

GAMITO, Maria Teresa Júdice (1983) - Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a préhistória até à época romana e o seu condicionalismo geográfico. In *Anais do Município de Faro*. Faro. 13, p. 258/331.

OLIVEIRA, Francisco Xavier d'Ataide (1911). *Monographia de Estombar*, Concelho de Lagoa. Porto: Typographia Universal de Figueirinhas & C.ª, p. 255.

ROSA, José António Pinheiro e (1970) - Quatro meses com Estácio da Veiga (estudo arqueológico bibliográfico). In *Anais do Município de Faro*. Faro. 2, p. 87/98.

VASCONCELLOS, José de Leite de (1913). *Religiões da Lusitânia III*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. 3, p. 636

ALARCÃO, J. de (1988). *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips, 1988. Vol. 2 (fasc. 3): Évora, Lagos, Faro. BA: PI/Ala.



- Quinta de São Pedro CNS 18615⁴ (Precisão: Bibliográfica), Mexilhão CNS 10809⁵ (Precisão: Bibliográfica) e Mexilhoeira da Carregação CNS 12826⁶: falta delimitar polígono suficientemente abrangente.

A respetiva informação geográfica disponível no sistema Endovélico pode ser consultada através do link: <https://app.box.com/s/wymv15ufvfhwbtrfsrck8totsr3jt71c>

5.4. Com efeito, considera-se que as ocorrências suprarreferidas, ainda que tendo por base referências bibliográficas, devem ser igualmente consideradas e justificam uma delimitação de zona de sensibilidade arqueológica, atendendo a que:

- **Os núcleos urbanos antigos e/ou em áreas com longa diacronia de ocupação devem ser necessariamente abordados como zonas de salvaguarda arqueológica.** Consequentemente, impõe-se a definição de medidas de salvaguarda arqueológica que garantam a salvaguarda e atempada identificação de vestígios arqueológicos eventualmente integrados no edificado existente e/ou no subsolo;
- O facto de as áreas em causa terem sido fortemente urbanizadas em data posterior às referências bibliográficas implica que apenas a realização de trabalhos arqueológicos, como sondagens de diagnóstico ou acompanhamento arqueológico, poderá permitir eventualmente a sua realocização. **Ou seja, se não forem devidamente implementadas medidas de salvaguarda arqueológica, não será mais possível recuperar ou confirmar dados científicos e eventuais testemunhos materiais das fases de ocupação mais antiga deste território;**
- E mesmo que se coloque a possibilidade de terem sido eventualmente destruídos sítios arqueológicos na área urbana da atual Mexilhoeira da Carregação, tal não é passível de ser aceite como fundamento para a não delimitação desta área de sensibilidade arqueológica. Não raras vezes, a arqueologia em meio urbano tem revelado contextos arqueológicos, incluindo vestígios associados a sítios arqueológicos que se considerava como tendo sido irremediavelmente afetados;
- Na mesma medida, os sítios arqueológicos conhecidos através de referências bibliográficas são indicativos da sensibilidade arqueológica. Recordar-se que a proposta do plano deve ter por base o **conhecimento sistematicamente adquirido do património**

⁴ « Contaram-se onze sepulturas escavadas na rocha, hoje desaparecidas. », cf. Ficha de Sítio no Sistema de Informação e Gestão Arqueológica – Endovélico, PC IP.

Bibliografia: GOMES, Mário Varela, CARDOSO, João Luis Serrão da C. e ALVES, Francisco José Soares (1995). *Levantamento arqueológico do Algarve: Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal, p. 108.

OLIVEIRA, Francisco Xavier d'Ataíde (1911). *Monographia de Estombar*, Concelho de Lagoa. Porto: Typographia Universal de Figueirinhas & C.ª, p. 255.

⁵ « Sítio de onde provêm como achados de superfície, vários artefactos de pedra polida. », cf. Ficha de Sítio no Sistema de Informação e Gestão Arqueológica – Endovélico, PC IP.

Bibliografia: GOMES, Mário Varela, CARDOSO, João Luis Serrão da C. e ALVES, Francisco José Soares (1995). *Levantamento arqueológico do Algarve: Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal, p. 108.

OLIVEIRA, Francisco Xavier d'Ataíde (1911). *Monographia de Estombar*, Concelho de Lagoa. Porto: Typographia Universal de Figueirinhas & C.ª, p. 255.

⁶ « Conjunto de galerias e salas descobertas em 1982. Encontraram-se grandes mós para moinhos de marés e fluviais. », cf. Ficha de Sítio no Sistema de Informação e Gestão Arqueológica – Endovélico, PC IP.

Bibliografia: GOMES, Mário Varela, CARDOSO, João Luis Serrão da C. e ALVES, Francisco José Soares (1995). *Levantamento arqueológico do Algarve: Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal, p. 108.

arqueológico (cf. alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do RJIGT), sendo este processo necessariamente cumulativo;

- Os instrumentos de gestão territorial são também um dos instrumentos do regime de salvaguarda e valorização dos bens culturais (cf. **art.º 70º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro**);
- O **património arqueológico, recurso territorial, frágil, finito e não renovável, goza de um regime especial de proteção legal**, em conformidade com os artigos 74.º a 79.º, 103.º e 107.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro;
- O **nº 1 do art.º 79.º da Lei nº 107/2001** preconiza expressamente que «*deverá ser tida em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico.*»;
- O **PROT-Algarve** determina, nas Normas Específicas de Carácter Setorial 4.7. Património Cultural Histórico-Arqueológico, que «*os limites das áreas de grande potencial arqueológico devem ser identificados*», tendo em conta os conjuntos urbanos antigos;
- A densidade de vestígios arqueológicos detetados nas margens da Foz do Arade atesta a importância estratégica e atratividade das condições naturais deste território com ocupação humana desde a Pré-história recente, incluindo testemunhos arqueológicos de elevado valor científico e patrimonial, como as Grutas de Ibn Ammar, Em Vias de Classificação, cf. Anúncio n.º 253/2024, DR, 2.ª série, n.º 195, de 8-10-2024, situadas a cerca de 1km a N da Mexilhoeira da Carregação.

Como última, nota refere-se que os sítios ora assinalados estão igualmente inventariados no Volume 2 – Relatório. Anexo III dos estudos realizados no âmbito da elaboração do **Programa da Orla Costeira Odeceixe – Vilamoura**.

5.5. Recomenda-se igualmente que seja alargado o polígono da Quinta dos Poços 4 e 5, demarcando-se uma Zona de sensibilidade arqueológica mínima suficientemente abrangente, correspondendo não só à faixa de 50 m (esta disposição poderia ser eliminada, pois passava a ser redundante, cf. exposto na apreciação do art.º 11º no ponto 4.3.), mas também à restante área em redor da Zona de sensibilidade arqueológica máxima de tipo B abrangida pelo Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do “Loteamento da Quinta dos Poços”, em Lagoa⁷.

6. PROPOSTA DE DECISÃO

Em face do exposto, no que diz respeito ao Património Arqueológico, considerando os princípios de Arqueologia Preventiva, preconizados na Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, normas do PROT-Algarve suprarreferidas e exigíveis pelo articulado mencionado *supra* do RJIGT, propõe-se a emissão do seguinte parecer:

6.1. Proposta de 1ª Alteração da 1ª Revisão do PU UP1: parecer favorável condicionado à integração das alterações/ajustes/correções vertidas nos pontos 4.1., 4.2., 4.5.

⁷ DIA. Disponível: <https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3506/dia-loteamento-quinta-po%C3%A7os2023125152149.pdf>

relativamente ao Regulamento, e nos pontos 5.2. a 5.4. relativamente à Planta de Zonamento.

6.2. De igual modo, tendo a presente proposta introduzido alterações no art.11º respeitante à proteção do património arqueológico, julgamos que esta se constitui também como uma oportunidade para o seu aperfeiçoamento e clarificação, mediante integração das recomendações vertidas nos pontos 4.3.- 4.4. (Regulamento) e 5.5. (Planta de Zonamento).

Mais concretamente, entende-se que a proposta é **conforme, de um modo geral**:

- com as seguintes disposições do RJIGT:

- alínea g) do artigo 10.º, ao reconhecer o património arqueológico como recurso territorial;
- nº 2 do art.º 17.º, ao estabelecer medidas de salvaguarda arqueológica;
- nº 3 do art.º 17.º, conjugado com art.º 99.º, ao proceder à delimitação de zonas de sensibilidade arqueológica;

- e com Normas Específicas de Carácter Setorial 4.7. Património Cultural Histórico-Arqueológico do PROT-Algarve (nomeadamente, «t) Assegurar que os PMOT integram as medidas de salvaguarda referentes ao património cultural histórico-arqueológico; u) Proceder a levantamentos de campo sobre os elementos patrimoniais existentes»).

Todavia, consideramos que existe **desconformidade parcial com** :

- o disposto no nº 1 do art.º 17.º do RJIGT conjugado com a alínea a) do art.º 99.º, na medida em que o património arqueológico, arquitetónico e etnográfico não está devidamente identificado no Regulamento e Planta de Zonamento;
- o disposto na alínea b) do nº 1 do art.º 4.º do RJIGT, ao não incluir os sítios arqueológicos em falta, atendendo a que a proposta deve ser estabelecida com base no «conhecimento sistematicamente adquirido [...] do património arquitetónico e arqueológico»;
- e o disposto no PROT- Algarve, ao não ser delimitada e considerada uma zona de sensibilidade arqueológica no núcleo antigo da Mexilhoeira da Carregação com longa diacronia de ocupação («os limites das áreas de grande potencial arqueológico devem ser identificados de acordo com as seguintes orientações: [...] v) As equipas responsáveis pela elaboração e ou revisão dos PMOT devem acautelar a protecção e valorização do património arqueológico, tendo em particular atenção os sítios arqueológicos, os conjuntos urbanos [...], como indiciadoras de áreas de grande interesse arqueológico»).

Importa que sejam sanadas estas lacunas/desconformidades nos termos do ponto 6.1..

Em caso de concordância superior, propõe-se que o teor da presente informação seja comunicado via PCGT até dia 04/03/2026, inclusive.

À consideração superior,

Rita Ramos – Arqueóloga

27/02/2026

Assinado por: **RITA ISABEL RAMOS PEREIRA
RAMOS**

Num. de Identificação: 08445464

Data: 2026.02.27 15:50:12+00'00'